

A Linguagem Inclusiva de Gênero em Manuais de Redação Jornalística¹

Aline da Silva SCHONS²
Isabel Cristina Clavelin da ROSA³
Rosana Nantes PAVARINO⁴
Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF

Resumo

Com base nos três dos maiores e mais importantes jornais brasileiros, O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, este artigo tem como objetivo geral verificar a evolução do uso da linguagem inclusiva de gênero nos seus manuais de redação jornalística. Já os objetivos específicos são: analisar pelo menos uma edição de cada versão dos diferentes manuais; comparar os diferentes manuais. A análise mostrou que o mais inclusivo foi o do jornal Folha de S. Paulo e o menos o do Estado de S. Paulo. Entre eles, o que mais mudou ao longo das edições foi o da Folha de S. Paulo, os outros dois pouco mudaram com o passar dos anos.

Palavras-chave: linguagem inclusiva de gênero; manuais de redação; jornalismo.

1 Introdução

Os textos jornalísticos seguem algumas regras e teorias em sua estruturação, o que começa já na definição do que é uma notícia e quais seriam os critérios de noticiabilidade. A composição de uma notícia do mais importante para o menos importante também é recomendação recorrente, o *lead* serve como guia para conferir se não ficou nada de fora: o que?, quem?, como?, onde?, quando? e por quê? formam geralmente o primeiro parágrafo.

Regras menos claras muitas vezes também são utilizadas. Na prática jornalística, é comum que em citações, após a primeira menção, mulheres sejam tratadas pelo primeiro nome e homens pelo sobrenome. Não é difícil encontrar professores que ainda hoje reforcem essa recomendação. Assim como, mesmo após toda a polêmica em torno da preferência da chefe da nação, Dilma Rousseff, pela forma presidenta, os meios de comunicação em geral continuam a usar a palavra presidente como comum de dois gêneros.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – XII Jornada de Iniciação Científica em

² Graduanda do Curso de Jornalismo da UCB, email: alineschons31@gmail.com

³ Co-Orientadora do trabalho. Mestra e doutoranda em Comunicação pela UnB e professora do Curso de Jornalismo da UCB, email: isabel.clavelin@ucb.br

⁴ Orientadora do trabalho. Doutora em comunicação pela UnB e professora do Curso de Jornalismo da UCB, email: rosana.pavarino@catolica.edu.br

Dessa forma, este artigo se baseou na busca por aspectos de linguagem inclusiva de gênero em diferentes edições de manuais de redação de três dos maiores e mais importantes jornais do Brasil: Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. A pergunta dessa pesquisa é: como tem sido a evolução das questões relativas à linguagem inclusiva de gênero nos diferentes manuais de redação? O objetivo geral é verificar a evolução do uso da linguagem inclusiva de gênero nos manuais. Já os objetivos específicos são: analisar pelo menos uma edição de cada versão dos diferentes manuais; comparar os diferentes manuais.

Esta é uma pesquisa qualitativa, sendo, assim, mais subjetiva e pouco focada em dados numéricos, e comparativa, já que confronta as diferentes versões de um mesmo manual e de distintos manuais de cada um dos jornais analisados (GERHARD; SILVEIRA, 2009; MARCONI; LAKATOS, 2003).

2 Fundamentação teórica

2.1 Gênero e Linguagem Inclusiva de Gênero

Scott (1989, p. 3) apresenta uma definição de gênero que permanece muito atual, a qual considera sexo um conceito biológico e gênero construção social:

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades.

Para a autora, gênero pode incluir sexo, mas envolve relações muito mais complexas. Segundo ela, a utilização do termo gênero faz parte de reivindicações de feministas, que buscam novas teorias (e mais adequadas) para explicar sua realidade.

Assim, a linguagem inclusiva de gênero atua nesse universo. Segundo Oliveira, Duque e Weyl (2012), ela busca o uso da flexão adequada para palavras pertencentes ao masculino e ao feminino, negando uso do masculino como comum de dois gênero; e acabar com o machismo estabelecido na linguagem.

2.2 Manuais Focados em Linguagem Inclusiva de Gênero

Na tentativa de oferecer um suporte para promover o uso da linguagem inclusiva de gênero, diversos segmentos, em diferentes países, têm criado seus próprios guias. No Brasil

existem pelo menos dois: o Manual para o uso não sexista da linguagem: o que se diz bem se entende, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, voltado à administração pública do estado; e o Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia, da Federação Nacional dos Jornalistas, junto com a ONU Mulheres.

No manual do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, são apontadas questões como o papel da linguagem como agente socializante, que perpassa pelo tratamento familiar e escolar (incluindo não apenas a forma de tratar as crianças, mas também exclusão das mulheres nos materiais de estudo), pela forma de representação pelos meios de comunicação e pelas informações transmitidas pelas instâncias públicas; o uso gramatical generalizado do masculino, o preconceito por trás das palavras ligadas ao feminino e a flexão de gênero propriamente dita, com destaque para profissões; e o uso do gênero neutro (associação dos pronomes demonstrativos isto, isso, aquilo e dos reflexivos se e si – por exemplo, “Esse grupo nunca colabora”) e genéricos como crianças, pessoas, eleitorado, juventude. Ao longo do material são expostos vários exemplos, com alternativas viáveis para aplicação na administração pública, mas também empregáveis na maior parte das comunicações (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

O guia da Federação Nacional dos Jornalistas e Organização das Nações Unidas Mulheres (2011), por sua vez, contextualiza mais a problemática, abordando primeiramente relações entre mulheres e mercado de trabalho, saúde, violência, ocupação de espaços de poder e intolerância religiosa. E como o próprio nome do documento diz, nele também são relacionadas questões de raça e etnia.

[...] além de uma mídia equitativa no tratamento oferecido às mulheres em geral e às mulheres negras e indígenas, as redações devem refletir essa diversidade de gênero, raça e etnia na contratação de profissionais de imprensa e investir em jornalistas capacitados para correlacionar as implicações que envolvem o racismo, o sexismo e o etnocentrismo à persistência das desigualdades socioeconômicas e de representação política no país (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS MULHERES, 2011, p. 36).

Ainda são feitas recomendações para a seleção consciente de notícias, para fugir de mitos, crenças e estereótipos que são facilmente reproduzíveis e, no capítulo intitulado “Recomendações para a boa prática jornalística”, fala-se, por exemplo, sobre a diversidade em textos e imagens, e sobre formas de utilização da linguagem inclusiva. Vale lembrar que a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim, realizada pela Organização das Nações Unidas (1995), já apontava como preocupação “o

tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995, p. 149), e promovia reflexões sobre a temática.

Geralmente iniciativas como as já apontadas são focadas nas comunicações dos órgãos públicos, publicações jornalísticas e midiáticas e universidades. Destaca-se também, na América Latina, o *Manual de Género para Periodistas: Recomendaciones básicas para el ejercicio del periodismo con enfoque en género*; na Argentina, *Las palabras tienen sexo: introducción a un periodismo con perspectiva de género*, de 2007, e *Las palabras tienen sexo II: herramientas para un periodismo de género*, de 2010; no Paraguai, o *Guía de periodismo inclusivo: fuentes de consulta*, de 2011; em Portugal, o Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública, de 2009, desenvolvido a partir de trabalhos anteriores como o Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens, de 2003; na Espanha, a publicação chamada *Buenas prácticas periodísticas desde la perspectiva de género*, de 2007; no Canadá, *Inclusive Language Guideline*, de 2010. Algumas dessas publicações são mais objetivas e práticas, outras mais teóricas.

Apenas na Espanha, foram listadas por Zhao (2014), entre 1986 e 2012, 22 publicações que versam sobre a linguagem não sexista. Portanto, a intenção aqui não é enumerar todos os guias existentes nos países citados ou no mundo, muito menos esgotar o assunto, e sim demonstrar que eles existem e que são cada vez mais difundidos e adotados.

3 A Linguagem Inclusiva de Gênero e o Jornalismo Brasileiro por meio dos Manuais de Redação

A necessidade de padronização dos produtos jornalísticos gerados no processo de produção com uma visão editorial e as características específicas do texto deram origem aos manuais de redação. Eles ditam regras, orientam jornalistas e padronizam publicações dos diferentes veículos. Influenciam também muitas outras e outros profissionais, pois servem como base para a criação de diversos guias de distintos veículos jornalísticos, órgãos e instituições. São igualmente referência para professoras e professores, no ensino do Jornalismo em universidades, e alunas e alunos. “Os jornalistas [e as jornalistas] apareceram caracteristicamente autorreferentes e pouco reflexivos [e reflexivas] sobre suas práticas, refletindo um certo etnocentrismo, na maioria das vezes relacionado aos valores da cultura hegemônica vigente” (SILVA, 2010, p. 200). Assim, a visão estabelecida na cultura profissional, “acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e

representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência do padrão heteronormativo” (SILVA, 2010, p. 201).

Estudos ligados a práticas e à eficiência técnica, atrelados à evolução das empresas jornalísticas, são os embriões dos manuais ou compêndios, que buscavam uma teorização imediatista do fazer jornalístico (MEDINA, 1988). No Brasil, o primeiro manual de redação foi escrito em 1920 por Gilberto Freyre, quando trabalhava no jornal A Província, de Pernambuco. Mas somente em 1950 eles passaram a ser, de fato, adotados pelas redações. Surge então o manual do Diário Carioca, e em seguida, o do jornal Tribuna da Imprensa. Aos poucos a prática foi se espalhando – alguns com regras públicas, outros não. E em 1984, é lançado um dos mais conhecidos e utilizados até hoje, o Manual da Redação da Folha de S.Paulo, primeiro em formato de livro com venda para o grande público. Depois vieram também o manual dos jornais O Estado de S. Paulo, do O Globo, da Editora Abril, entre outros (CAPRINO, 2002).

É certo que as edições desses manuais passam por mudanças que acompanham as transformações na e da sociedade, e foram atualizados ao longo dos anos. Abaixo desenvolveu-se um levantamento de questões relacionadas à linguagem inclusiva de gênero nas diferentes versões do O Globo, do Estado de S.Paulo e da Folha de S.Paulo. Não foram levadas em conta publicações de órgãos públicos e universidades ou ainda as de veículos de comunicação consideradas muito sintéticas, recentes, com pouca possibilidade de comparação entre elas e/ou que não tenham como foco a linguagem jornalística escrita como o Manual de Redação da Agência Senado e Jornal Senado, de 2003; o Manual de Estilo da editora Abril, de 1990; o Manual de Ética, Redação e Estilo do jornal gaúcho Zero Hora, de 1994 (e segunda edição, de 1995); o Manual de Redação e Estilo do grupo Diários Associados, de 2005; Manual de Redação e Estilo para Mídias Convergentes, do grupo Diários Associados, lançado em 2011 (com a terceira e última edição, publicada em 2014); o Manual de Jornalismo da EBC, de 2013; Manual de Redação CBN, de 2011 (e segunda edição, de 2013), entre outros.

Neste levantamento, para não parecer repetitivo, quando não houve mudanças significativas entre as edições, apenas foi citada a última. Destaca-se ainda que nesta etapa as citações diretas foram mantidas tal qual no original (sem acréscimos ou comentários), mesmo que não utilizem a linguagem inclusiva de gênero, pois a intenção é justamente evidenciar como esses manuais eram apresentados em diferentes épocas.

3.1 O Globo

O Manual de Redação e Estilo do O Globo teve a primeira edição com circulação externa publicada em 1992 e a última em 2005. Assim, para este estudo, analisou-se três edições da publicação: a 1ª, de 1992; a 22ª, de 1995 (escolhida porque representa a nova edição, revisada e ampliada, lançada em 1994, equivalendo a 20ª edição); e a 29ª, de 2005 e 2ª reimpressão em 2007 (última edição publicada). Apesar de representar um intervalo de quase 15 anos, a leitura e observação das obras mostra que pouco mudou de uma edição para outra em termos de conteúdo.

No que diz respeito ao que se relacione à linguagem inclusiva gênero, destaca-se os seguintes pontos:

a) Padrões e Conversões - Nomes: De acordo com Garcia (2005), deve-se respeitar a grafia do Registro Civil ou, no caso da informação não estar disponível, seguir a ortografia oficial. Além disso, as pessoas, ao serem citadas pela primeira vez, devem ser identificadas pelo nome completo. Daí em diante pela forma pelo qual são mais conhecidas. “[...] o repórter deve ter o cuidado de descobrir qual a parte do nome que costuma usar. Em geral, é o sobrenome, mas muitos homens públicos são mais facilmente reconhecidos pelo primeiro nome (Ulysses, Jânio, Tancredo)” (GARCIA, 2005, p. 63). Ou seja, a publicação não levanta a possibilidade de uma mulher estar em uma posição pública, o que é confirmado pelo uso de exemplos no masculino, e na página seguinte ainda diferencia o tratamento para mulheres (separando-as da categoria pessoas): “Mulheres, a partir da segunda menção, são identificadas pelo primeiro nome, antecedido de dona quando houver necessidade de mostrar respeito” (GARCIA, 2005, p. 63). Enfatiza-se que mesmo na época de lançamento da primeira edição do manual, as mulheres já eram representadas na política. De acordo com Congresso Nacional (2014), o número e percentuais de mulheres na Câmara de Deputados e no Senado Federal eram de, respectivamente: 29 (6%) e 2 (6%), em 1990; 32 (6%) e 4 (7%), em 1994; 29 (5,7%) e 2 (7%), em 1998; 42 (8%) e 8 (15%), em 2002; e 46 (9%) e 4 (15%), em 2006.

b) Padrões e Convenções - Formas de Tratamento: Apesar de enfatizar que essas seriam formas que podem aparecer apenas na reprodução de falas ou textos (o que não expõe no dito anteriormente sobre mulheres), Garcia (2005) aponta que o uso da forma senhor pode ser necessária em diálogos. “Mulheres, quando tratadas apenas pelo prenome, são sempre dona” (GARCIA, 2005, p. 66).

c) Padrões e Convenções - Cargos e Funções: Neste tópico não há qualquer referência ao gênero feminino em nenhuma das três edições analisadas, apesar de haver

alterações entre as edições de 1992 e 1994, e é justamente isso que chama atenção. Todos os exemplos citados estão na forma masculina.

d) Questões Éticas – Preconceitos: “O jornal não acolhe as suas manifestações e só as registra em tom ostensivo de denúncia. Isso inclui preconceitos sobre etnia, nacionalidade, características físicas ou mentais, religião, preferência sexual etc” (GARCIA, 2005, p. 119). O Globo ainda destaca que solicitações de grupos sobre a forma de tratamento devem ser respeitadas.

e) Palavras Perigosas – Mulher: “Sempre melhor do que pessoa do sexo feminino. Preferível também a ‘esposa’. Mas deve-se preferir **senhora** sempre que, no contexto, houver risco de ofensa ou desrespeito” (GARCIA, 2005, p. 161, grifo do autor). O Manual mostra-se ultrapassado, pois o uso da forma de tratamento senhora (quando houver risco de ofensa ou desrespeito). De acordo com Houaiss (2009, p. 822), esposa significa “1 mulher prometida; noiva 2 mulher casada em relação ao seu marido [...] 3 algemas”, já esposo é “1 ant. [antigamente] aquele que prometeu se casar; noivo 2 homem casado, em relação à sua mulher; marido [...]”. Já as palavras senhor e senhora guardam múltiplos significados – na época do feudalismo, senhor era o proprietário de um feudo e senhora a mulher do senhor feudal; também pode remeter à alguém que possui propriedades, que exerce poder, que tem influência, nobre; e é ainda o tratamento cerimonioso e cortês dado a homens e mulheres (maduras ou casadas).

f) Palavras Perigosas – Todo, toda: O que chama a atenção é que esta é a única palavra empregada com o uso dos dois gêneros. Porém, a explicação do jornal nada tem a ver com gênero.

g) Palavras Perigosas – Travesti: “Quando o travesti usa unicamente a identidade feminina, deve ser tratado de “ela” (e vice-versa). Deve-se lembrar que há tipos de travesti sem caráter homossexual, também chamados de transformistas” (GARCIA, 2005, p. 174). O autor ainda destaca que o transexual deve ser tratado de acordo com o sexo de opção. Desta forma, Garcia acerta ao definir o tratamento de acordo com o gênero de identidade, mas confunde conceitos de campos diferentes: orientação sexual (no que tange à homossexualidade), identidade (preferível à opção, utilizada no Manual) e gênero (transexualidade), além de usar o artigo masculino ‘o’ na frente da palavra travesti.

h) Termos de Psicanálise e Psiquiatria – Sexo/sexualidade: Sexo tem a ver com anatomia e fisiologia, em humanos ou animais. Já sexualidade é exclusiva do ser humano e tem como objetivo a busca de prazer e o alívio de tensões (GARCIA, 2005, p. 234).

Embora o termo gênero não seja mencionado, destaca-se que as definições são apontadas corretamente.

3.2 O Estado de S. Paulo

A primeira edição do Manual de Redação e Estilo do O Estado de S. Paulo foi publicada em 1990 e a última em 1997 (3ª edição) – estas duas tidas como foco desta análise. Hoje é mantida apenas uma versão online, que, conforme verificado a partir das pesquisa das expressões aqui apontadas, mantém o disposto em 1997.

No que diz respeito ao que se relacione à linguagem inclusiva gênero, destaca-se os seguintes pontos:

a) Normas Internas e de Estilo - Nomes próprios – Uso: Adota-se a forma pelo qual a pessoa é mais conhecida, a não ser na primeira menção, em que usa-se nome e sobrenome. Martins (1997), assim como Garcia, também utiliza um tópico a parte para nomes de mulheres. O autor salienta que geralmente elas são conhecidas pelo prenome, mas abre uma exceção para pessoas notórias que já são mais conhecidas pelo sobrenome. Ou seja, o autor propõe, ainda que sutilmente, o tratamento de mulheres pelo prenome e homens pelo sobrenome, a partir da primeira menção. O que vai contra os princípios da linguagem inclusiva de gênero, que visa a igualdade e inclusão.

b) Normas Internas e de Estilo – Artigo Definido com Títulos e Pronomes de Tratamento: Martins (1990) cita exemplos para o uso das palavras senhor, senhora e senhorita. Já Martins (1997) nega o uso da forma senhor ou senhora, não fazendo referência à senhorita. De acordo com Houaiss (2009), senhorita seria o tratamento dado a moças solteiras.

c) Normas Internas de Estilo – Candidato a: O autor destaca as seguintes possibilidades para candidatas mulheres:

[...] a) O cargo fica no masculino se puder ser ocupado por pessoas de qualquer sexo: *Ela foi candidata a prefeito*. [...] b) Se o cargo se destinar apenas a mulheres, fica no feminino: *Eram dez candidatas a secretária* (presume-se que se exijam mulheres apenas)./ *Havia muitas candidatas a costureira* (MARTINS, 1997, p. 56, grifo do autor).

Nota-se aí duas diretrizes contrárias à linguagem inclusive da gênero: O Estado de S. Paulo prega a inflexão, independente de a candidata ser mulher, e ao citar exemplos de casos em que a profissão/cargo sofre flexão, o faz utilizando-se de estereótipos, profissões

que são vistas socialmente como delegadas às mulheres.

d) Normas Internas e de Estilo - Diploma de: “Se se tratar de mulher, diploma *de médica*, diploma *de advogada*, diploma *de professora*, etc” (MARTINS, 1997, p. 97, grifo do autor). O autor contradiz o proposto acima. No caso anterior, ao se referir a candidatas, ele não flexiona o gênero do substantivo, apenas o artigo. Neste, o gênero do substantivo é flexionado. Além disso, agora ele não faz uso dos estereótipos anteriores.

e) Normas Internas e de Estilo - Feminino: Martins (1997) enfatiza os femininos irregulares e outros que possam causar dúvida. Ao tratar de cargos, emprega a flexão de gênero. Assim, pode-se deduzir que há um tratamento diferenciado para as ocupantes de cargos efetivos e candidatas. Ou que essa é uma falha presente no manual, o que, de certa forma, faz mais sentido, já que, em diversas partes da publicação, além das destacadas como irregulares, são citados verbetes que apontam para a flexão de gênero: artesã, consulesa, embaixadora, garçonete, ministra, profetisa, reitora. Destaque para uso da forma presidente para homens e mulheres e chefe como comum de dois gêneros.

f) Normas Internas e de Estilo – Marido e Mulher: “Chame as pessoas casadas de marido e mulher, em vez de esposo (que não se justifica jornalisticamente) e esposa (admissível apenas para a mulher de uma personalidade [...]). Não use senhora nesse sentido, a não ser de forma irônica” (MARTINS, 1997, p. 173 e 174). Evidencia-se a diferença de tratamento para os gêneros, ainda que como exceção: esposa pode, esposo não. Além disso, permite a adoção de designação feminina de forma irônica, o que não propõe para o termo senhor.

g) Normas Internas e de Estilo – Concordância: “O adjetivo concorda com o substantivo em gênero (masculino e feminino) e número (singular e plural) [...]” (MARTINS, 1997, p. 74). Porém, no plural, concordará com o masculino quando pelo menos um dos substantivos for masculino. Neste caso, o autor utiliza a forma mais tradicional e ainda mais usada em gramáticas, oposta ao que prega a linguagem inclusiva de gênero.

3.3 Folha de S.Paulo

A primeira versão com circulação externa é de 1984, a segunda, revisada e ampliada, é de 1987 – as duas levavam o título “Manual Geral da Redação”. A seguinte é de 1992, a qual passou a ser chamada “Novo Manual da Redação”. A última, “Manual da Redação”, é de 2001, estando na 19ª edição, com última publicação em 2013. De acordo

com Folha de S.Paulo (2016), uma nova versão será lançada ainda neste ano e abordará questões éticas relacionadas às redes sociais e internet, por exemplo, e deverá ser mais enxuta. Para esta análise foram usadas cinco versões da publicação: duas do Manual Geral da Redação (1ª edição, 1984, e 2ª, de 1987), uma do Novo Manual da Redação (6ª edição, de 1996) e duas do Manual da Redação (3ª edição, de 2001, e 19ª, de 2013). Ressalta-se que, embora a Folha de S.Paulo mantenha uma versão *online*, ela estava desatualizada até o início dessa pesquisa, correspondendo à de 1996.

No que diz respeito ao que se relacione à linguagem inclusiva gênero, destaca-se os seguintes pontos:

a) Padronização e Estilo - Esposa, esposo: “A Folha evita, preferindo qualificar pessoas casadas como marido e mulher. Exemplos: o ministro, juntamente com sua mulher ou as cientistas e seus maridos” (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p. 38). Enfatiza-se como positivo o uso de exemplos semelhantes para os dois gêneros, mas estes são retirados da versão de 1987, que mantém o texto restante. A partir da versão de 1996, a publicação acrescenta: “Não use. Além de soar pedante, a palavra significa originalmente *prometida*, *noiva* e não *cônjuge*. Qualifique casais como **marido** e **mulher**, mesmo que o casamento não esteja formalizado” (FOLHA DE S. PAULO, 2013, p. 68, grifo do autor).

b) Padronização e Estilo - Feminino: A primeira versão do manual trazia o seguinte texto em referência ao termo:

Deve-se evitar o gênero masculino na designação de atividades, funções ou cargos exercidos por mulher. O correto é *a presidenta Maria da Silva* e não *presidente Maria da Silva*. Quando não houver equivalente *feminino* na língua portuguesa é lícito que a **Folha**, após discussão interna, invente um. Devem-se evitar, naturalmente, expressões tais como *boneca*, *gatinha*, *sexo frágil* etc (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p. 39 e 40, grifo do autor).

Na segunda versão, o parágrafo segue praticamente igual, mas acrescenta ainda a necessidade de equidade de tratamento para homens e mulheres, assim como nega (novamente) o uso do tratamento dona para mulheres, ou a menção de características físicas como loira, atraente etc., a não ser quando pertinentes. Folha (1996) apresenta, ainda, a expressão gata/gatinha (estendendo também a gato/gatinho) em um tópico separado, recomendando o não uso. Além da palavra senador, com destaque para o feminino: senadora. É importante frisar que foi a partir da edição do Novo Manual da Redação, de 1992, que a palavra presidente passou a ser considerada como comum de dois gêneros,

mantendo esta forma até a última edição analisada.

c) Política Editorial - Preconceitos: “A **Folha** não admite preconceitos nos textos que publica. Ninguém é qualificado por sua origem étnica, naturalidade [...], preferências sexuais, [...] exceto quando essa qualificação for indispensável para tornar completa a informação [...]” (FOLHA DE S. PAULO, 1987, p. 35, grifo do autor). A versão de 1996 apenas omite a primeira frase. Já Folha de S.Paulo (2001, p. 94) acrescenta: “As exceções ficam por conta de reproduções de declarações, entre aspas”. O que é mantido na versão de 2013.

d) Política Editorial - Equidade: O termo surge na versão de 1987 e diz respeito a se ouvir o outro lado da história e dar tratamento (espaço e destaque) semelhante para todas as partes (FOLHA DE S. PAULO, 1987). A expressão desaparece nas edições seguintes.

g) Política Editorial – Minorias: Outro termo que aparece a partir da segunda versão. Folha de S. Paulo (1996) determina um tratamento sem preconceitos com as minorias (definida por critérios quantitativos e políticos) étnicas, religiosas, sexuais etc.

j) Padronização e Estilo – Dona de Casa: Nas duas primeiras versões do manual, é visível o texto que segue:

A expressão “dona-de-casa” deve ser evitada [...]. Ela pode dar a entender que só mulheres cuidam de assuntos domésticos, quando em sociedade complexas e urbanizadas, como é a brasileira hoje, isso raramente corresponde aos fatos. A expressão também pode ser interpretada como depreciativa da condição feminina. Mas “dona-de-casa” ainda é preferível a expressões como “do lar” ou “prendas domésticas” (FOLHA DE S.PAULO, 1987, p. 74).

Nas versões seguintes, a publicação apenas se limita a propor que a expressão seja evitada, apontando como exceção de uso quando a pessoa assim se definir. ‘Prendas domésticas’ é citada separadamente para recomendar o não uso, indicando ‘dona-de-casa’ quando não houver expressão mais precisa ou, conforme já dito, quando a pessoa assim se definir. Destaca-se como positiva a posição da Folha desde a primeira versão do impresso.

k) Padronização e Estilo – Tratamento do personagem da notícia/ Tratamento de Pessoa: “Depois de identificado, o personagem da notícia deve ser mencionado no texto apenas com o nome pelo qual é mais conhecido, sem nenhuma forma de tratamento. [...] Em casos de pessoas mais conhecidas pelo prenome, pode-se usá-lo” (FOLHA de S. PAULO, 1987, p. 99). Esse tópico surgiu na versão de 1987 e traz uma forma de tratamento única, sem diferenciação de gênero ou sexo. Já a partir da publicação do “Novo Manual da

Redação” consta uma divisão específica para mulheres, estipulando tratamento igualitário entre ambos os sexos. É importante frisar que, desde sua criação, embora tenha passado a destacar o vocábulo mulheres, nunca foi proposto um tratamento diferenciado para as mulheres, tanto em menções como em citações. Salienta-se também que, a partir da versão de 2000, a publicação passou a destacar a não flexão, assim como no caso de presidente, de gerente e poeta.

m) Texto – Bacharel: No Novo Manual da Redação surge o vocábulo bacharel, definido como: “Substantivo comum-de-dois: *o bacharel, a bacharel*” (FOLHA DE S. PAULO, 1996, p. 57, grifo do autor). O termo não consta nas versões seguintes. Sabe-se hoje que existe, desde 2012, uma lei determinando a flexão de gênero em diplomas, o que talvez faça que o verbete volte a aparecer determinando o uso de a bacharela para o gênero feminino e o bacharel para o masculino. Ressalta-se que, de acordo com o Houaiss (2009), bacharel é substantivo masculino e bacharela é substantivo feminino, não cabendo o uso do primeiro como comum de dois gêneros.

n) Texto – Chefe: Verbetes incluído a partir da terceira versão do manual. “Chefe é substantivo comum-de-dois: *o chefe, a chefe*. Não use *chefá*” (FOLHA DE S. PAULO, 1996, p. 60, grifo do autor). A palavra deixa de ser mencionada nas edições seguintes.

o) Texto – Gênero: Destaca-se o uso da palavra, mas em outro sentido, para nomes científicos. Até a versão de 2013 ainda não havia nenhuma menção à palavra gênero, como tópico, da forma como é proposta neste trabalho.

p) Texto/ Anexo Gramatical – Oficial: A palavra ocupa um tópico no manual desde a mudança para o “Novo Manual da Redação”, onde foi definida como um substantivo comum de dois gêneros, entendimento mantido também na versão de 2001, mas presente em Folha de S. Paulo (2013, p. 140, grifo do autor) também no gênero feminino. “O “Aurélio” e o “Houaiss” registram *oficial* como substantivo masculino e *oficiala* como feminino, inclusive nas acepções ligadas às Forças Armadas”.

Considerações Finais

A partir do levantamento realizado neste trabalho, entendeu-se que, entre os três manuais analisados, o que se mostrou mais inclusivo, considerando os aspectos de linguagem inclusiva de gênero, foi o do jornal Folha de S. Paulo e o menos inclusivo foi o do Estado de S. Paulo. O primeiro, apesar de ser o mais inclusivo dos três, parece ter perdido alguns aspectos importantes para a temática ao longo dos anos – nas duas primeiras

versões a publicação recomendava que o gênero masculino fosse evitado para cargos exercidos por mulher, por exemplo, assim como recomendava o uso da palavra presidenta - é o único dos três jornais que traz essa recomendação explícita em algum momento. No ano de 1992, a palavra presidente passa a ser utilizada como comum de dois gêneros e, assim como ela, recomenda-se que outras (sem recomendação anterior) sejam usadas para ambos os gêneros: chefe, bacharel, oficial. A criação de uma lei que determina a flexão de gênero em diplomas em 2012, não foi capaz de mudar tal determinação nas edições posteriores. Para oficial, a edição de 2013 apenas alerta para a existência da palavra oficiala, sem recomendar seu uso.

O Estado de S. Paulo teve poucas alterações entre suas edições. Ele é sutil em relação ao tratamento dado às mulheres citadas em textos jornalísticos – a recomendação geral é que uso a forma pelo qual a pessoa é mais conhecida, mas enfatiza que as mulheres geralmente são mais conhecidas pelo prenome. Quando fala em candidatas mulheres, a publicação prega a inflexão (candidata a prefeito), o que se mantém em todas as edições, embora outros exemplos neguem tal recomendação; utiliza presidente como comum de dois gêneros; admite o uso da palavra esposa para a mulher de uma personalidade e o uso de senhora de forma irônica, o que não propõe para senhor; e utiliza, em alguns momentos, construções estereotipadas. Já o manual do O Globo, conforme mencionado, também pouco mudou de 1992 para 2005. Dos três, é o único que recomenda que mulheres, após a primeira menção, devem ser citadas pelo primeiro nome, o que não faz para homens. Além disso utiliza formas de tratamento como dona, apresenta na maioria de suas colocações apenas homens e confunde conceitos relacionados à sexualidade. Como positivo, se coloca contrário a preconceitos e ainda destaca de solicitações de grupos, sobre forma de tratamento, devem ser respeitadas.

Os manuais de redação refletem a realidade vivida pelas e pelos jornalistas e a moldam ao mesmo tempo, por isso, suas publicações e recomendações são um importante objeto de análise. Assim como a sociedade e a linguagem estão em constante evolução, esperava-se ainda que as edições das diferentes versões dos manuais fossem revisadas e atualizadas, o que não aconteceu na maior parte das vezes e considera-se como algo negativo, já que pode reforçar conceitos ultrapassados e, por vezes, preconceituosos.

Referências

CAPRINO, M. P. **Questão de estilo:** o texto jornalístico e os manuais de redação. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a. 23, n. 37, p. 105-123, 1o. sem. 2002.

Disponível em:

<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/cs_umesp/article/view/3664/3452>. Acesso em: 17 maio 2015.

CONGRESSO NACIONAL. + **Mulheres na Política: Mulher, tome partido**. Disponível em:

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496489/livreto-mais-mulher-na-politica.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS MULHERES (ONU Mulheres). **Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia**.

Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/01/guia_jornalistas.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual Geral da Redação**. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1984.

_____. _____. 2. ed. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1987.

_____. **Novo Manual da Redação**. 6. ed. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1996.

_____. **Manual da Redação**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. _____. 19. ed. São Paulo: Publifolha, 2013.

GARCIA, L. (org.). **O Globo: Manual de redação e estilo**. São Paulo: Globo, 1992.

_____. _____. 22. ed. São Paulo: Globo, 1995.

_____. _____. 29. ed. São Paulo: Globo, 2005.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T.; (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em: 8 jul. 2016.

MARTINS, E. (org.). **O Estado de S. Paulo: Manual de Redação e Estilo**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.

_____. _____. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

OLIVEIRA, R. N.; DUQUE, A. P.; WEYL, L. M. Linguagem inclusiv@: O que é e para que serve?!. In: SOUZA JUNIOR, J.G; APOSTOLOVA, B. S; FONSECA, L. G. D. (Orgs.), **O direito achado na rua: Introdução crítica ao direito das mulheres**. Brasília: CEAD, FUB, 2012. v. 5. p. 129-132. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/96022643/PromotorasLegais-PreviewPgSimples-versao-final-pdf>>. Acesso em: 28 out. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração e plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Manual para uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende**, 2014. Disponível em: <http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2015.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Traduzido por: DABAT, C. R.; ÁVILA, M. B. New York, Columbia University Press, 1989. Disponível em: <<http://www.observe.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

SILVA, M. V. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ZHAO, X. **El lenguaje no discriminatório y la traducción entre el chino y el español**. 2014. 390f. Tese (Doutorado em Filosofia e Linguística) – Universidad Autonoma de Madrid, Madrid, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.uam.es/xmlui/handle/10486/661747?show=full>>. Acesso em: 5 nov. 2015.